DIREÇÃO CONCURSOS

Aula 00 – Lei nº 9.455/1997 - Crimes de Tortura.

Legislação Especial - Agente da Polícia Federal

Prof. Fernando Pessoa

Sumário

SUMÁRIO 2

TORTURA - LEI 9.455/97. 3

INTRODUÇÃO 3
DISPOSIÇÕES GERAIS 4
CONCEITO BASE 4
➔*Conceitos básicos:* 4
➔*Forma geral:* 6
➔*Núcleos gerais* 6
➔*Tortura Qualificada* 10
➔*Aumento de Pena* 11
➔*Perda do cargo público* 11
➔*Inafiançável e insuscetível de graça ou anistia* 11
➔*Regime de cumprimento da pena* 11

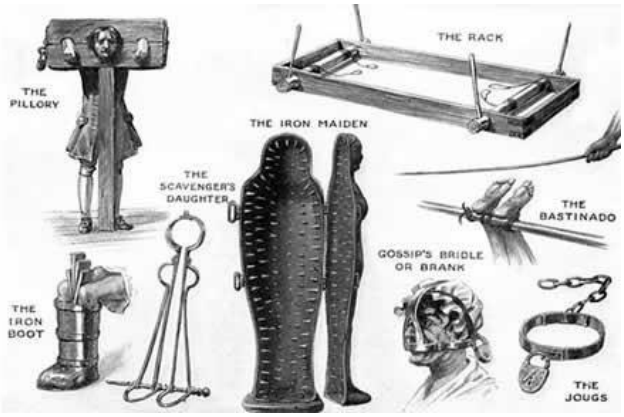
QUESTÕES COMENTADAS 13

QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS 27

GABARITO 36

RESUMÃO DIRECIONADO 37





TORTURA - LEI 9.455/97.

Nessa aula veremos a lei 9.455/97 e entenderemos o que pode ser motivo de questionamento durante a execução da nossa prova. As provas trabalham, geralmente, os conceitos criminais para os ilícitos penais de tal lei. Dessa forma iremos focar nisso! Bora?

INTRODUÇÃO

Os crimes considerados de tortura acompanham a sociedade humana desde épocas remotas. Ditadores e Reis já utilizavam a tortura como punição ou meio de obter informações. Em alguns casos a tortura era "meio de confissão" e a "rainha das provas". Dessa feita, em várias regiões do mundo a tortura era utilizada como meio para punir e obter a confissão de pessoas acusadas, combater infiltrados e gerar obediência dos escravos.

O Código de Hamurabi criado pelo rei da Mesopotâmia é conhecido como o código mais antigo e tem o lema do "olho por olho, dente por dente". Na época, as leis foram espalhadas pela cidade, em alguns pontos em "estelas" – grandes pedras em formato de grifo e estátuas com formatos das ações criminosas. Várias condutas eram consideradas crimes e, em sua maioria, não tinham perdão e as penas eram diversas com um pesar muito grande nas penas de morte.

Dentre os artigos do código tinham-se:

1. Se uma pessoa arrombar uma casa, deverá ser condenado à morte na parte da frente do local do arrombamento e ser enterrado.
2. Se um homem arrancar o olho de outro homem, o olho do primeiro deverá ser arrancado. (olho por olho).
3. Se um homem quebrar o dente de um seu igual, o dente deste homem também deverá ser quebrado. (dente por dente).

Em toda a história da tortura, os ferramentais e invenções utilizados para torturar eram criados e aplicados conforme a imaginação de quem punia ou criava os moldes da tortura. Tem-se um arsenal registrado em obras por todo o mundo, dentre elas as botas de ferro: Dispositivo de torque no qual as pernas ficam dentro de uma bota de metal e entre as pernas se colocavam chapas de metal com espinhos. Ao se apertar as chapas das botas as pernas se pressionavam entre a bota e as chapas, esmagando a perna do torturado. O triturador de línguas – ferramenta anexada à cabeça da mulher que tivesse algum compromisso matrimonial e fosse suspeita de algum tipo de adultério. Estilo um capacete com uma escova com espinhos que pressionava a língua da mulher e na parte traseira do capacete tinha uma corrente para que seu "dono" (marido/noivo) desfilasse com ela em praça pública.

Os nomes das ferramentas conseguem ser mais criativos do que os nomes das operações das nossas polícias Federais (PF e PRF). Mas o nível de covardia e desprezo pelas vítimas é de assustar qualquer pessoa. As primeiras formas de que se tem a nominação foram aplicadas por Gregos e Pérsios, chamada de "esfola". Os escravos eram esfolados vivos após serem amarrados na horizontal em bastões. Era uma forma de interrogatório público que geravam terror na população e era considerada pelos poderosos como "forma de purificar a alma".

Os crimes de TORTURA possuem um histórico de intervenção legal que se iniciou em 10/12/84 com a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos Ou Degradantes

ocorrida na Assembleia Geral das Nações Unidas. Por fim, no Brasil, além dos termos previstos na Constituição de 1988, tem-se várias intervenções legais e normativas, de tal forma que a última dessas foi a lei 12.847/13. Instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura com o fim de fortalecer a prevenção e o combate aos crimes de tortura (Lei 9.455/97).

DISPOSIÇÕES GERAIS

Os crimes enquadrados na lei 9.455/97 têm algumas características primordiais para as provas. Vamos avaliar sua moldagem e entender que para ocorrer o crime é preciso fechar toda uma Tipicidade completa. Avaliaremos na sequência os conceitos constitucionais, e na sequência os crimes em espécie.

CONCEITO BASE

Os fundamentos básicos para a lei de crimes de tortura são encontrados, primeiramente, na **Constituição Federal**. Vide Art. 5º, II e XLIII:

> **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> **III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;**
>
> **XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis[1] e insuscetíveis de graça[2] ou anistia[3] a prática da tortura[4], o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas[5] afins, o terrorismo[6] e os definidos como crimes hediondos[7], por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;**

Tivemos também o Art. 233 da lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, o homicídio qualificado pela tortura e a agravante de crimes:

1) lei 8.069/90 - ECA

> **Art. 233 –** Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade de, guarda ou vigilância a tortura".

Tal artigo foi revogado devido a lei 9.455/97. Antes disso foi levado ao STF pois não tinha a definição de o que era tortura. Porém se manteve até o surgimento de uma lei específica.

2) Homicídio Qualificado pela tortura – Código Penal.

> Art. 121, §2°, III - Matar alguém:
> **§ 2º** Se o homicídio é cometido:
> **III -** com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, **TORTURA** ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

3) Agravante.

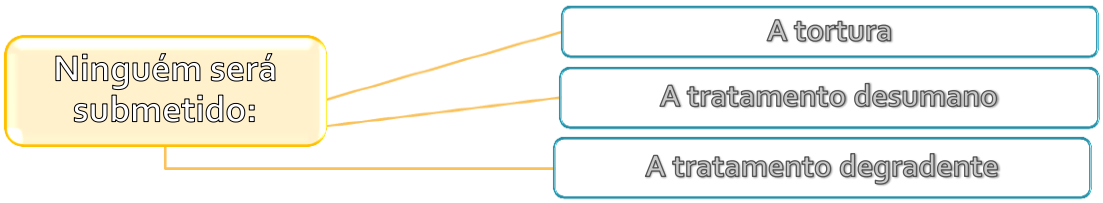
> Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:
> II - ter o agente cometido o crime:
> d) com emprego de veneno, fogo, explosivo, **TORTURA** ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

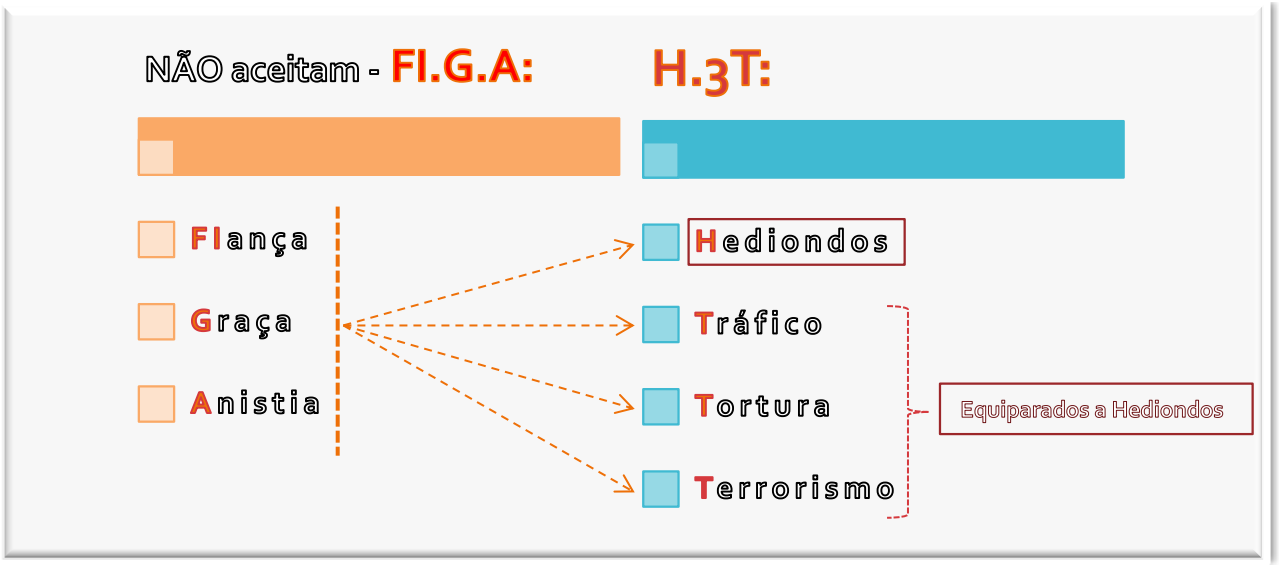
➔Conceitos básicos:

1.	**Crimes inafiançáveis:**	Fiança é um direito do acusado, onde mediante pagamento do valor determinado ou o cumprimento de certas obrigações o indivíduo pode ter concedida a sua liberdade até a sua sentença final. Dessa forma, os crimes inafiançáveis não são suscetíveis de fiança.
2.	**Insuscetíveis de Graça:**	Graça e Anistia **anulam os efeitos de execução** da condenação. Dessa forma extingue-se a punibilidade. A Graça é exclusiva para **UMA PESSOA** e significa o **perdão da pena**. É **decretada pelo Presidente da República** por provocação (deve ser pedida).
3.	**Insuscetíveis de Anistia:**	A anistia é uma **lei do Congresso Nacional (Poder Legislativo) com a sanção do Presidente da República (Art. 48, VIII, CF 88)** que atinge **os fatos** e não as pessoas. Pode ser concedida durante o processo ou após o trânsito em julgado. A pessoa envolvida deve aceitar ou não a anistia.

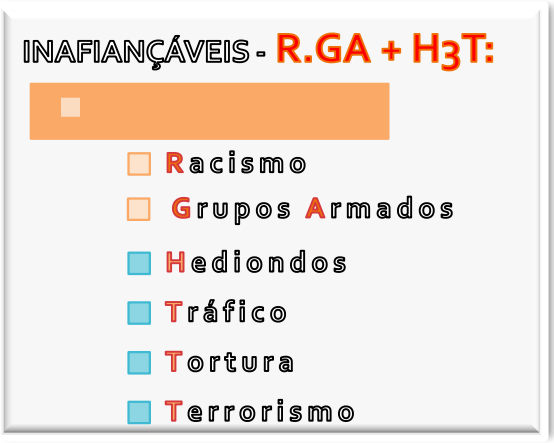
4.	**Prática de Tortura:**	Lei 9.455/97.
5.	**Prática de Tráfico ilícito de entorpecentes:**	Lei 11.343/06.
6.	**Terrorismo:**	Lei 13.260/16.
7.	**Crimes Hediondos:**	Lei 8.072/90.

➔MNEMÔNICO - Art. 5°, II e XLIII, CF:









Nesse caso pode-se ver que o crime de **tortura não é imprescritível!** Esse termo é atribuído apenas aos **crimes de racismo e grupos armados**, civis ou militares, contra o estado democrático e a ordem constitucional.

No entanto, vemos que o crime de **tortura,** é considerado **inafiançável e insuscetível de graça ou anistia,** mas não é imprescritível.

➔Forma geral:

Antes de falarmos de crimes de tortura precisamos saber o conceito básico do direito que ensina o **conceito básico do crime**. São diversas formas e não se esqueçam de que a tortura é um crime equiparado aos hediondos. Vejam um detalhamento dos crimes de tortura e suas especificidades:

	SUJEITOS	CONDUTA CRIMINOSA	CAUSANDO	FINALIDADE (Fim específico)
Art. 1, I	Sujeito ativo: comum Sujeito passivo: comum	Constranger mediante violência ou grave ameaça	Sofrimento físico ou mental	a) buscar provas b) conduta criminosa c) discriminatória
ART, 1, II	Ativo: próprio Passivo: próprio	Submeter alguém a violência ou grave ameaça	Intenso sofrimento físico ou mental	Castigo ou medida de caráter preventivo
ART 1, §1	Ativo: comum Passivo: próprio	Submeter à medida não prevista em lei ou medida legal	Sofrimento físico ou mental	———

➔Núcleos gerais

Importante saber que os crimes de tortura são subdivididos em alguns núcleos específicos, como no quadro acima. Vamos agora definir cada um deles com a base legal e comentários.

Art. 1º Constitui CRIME DE TORTURA:
I - constranger alguém com emprego de **violência** ou **grave ameaça,** causando-lhe **sofrimento físico ou mental**:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; TORTURA PROVA

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; TORTURA CRIME

c) em razão de discriminação racial ou religiosa; TORTURA PRECONCEITO

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de **violência** ou **grave ameaça,** a intenso **sofrimento físico ou mental,** como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
Pena - reclusão, de dois a oito anos. **TORTURA CASTIGO**

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal. TORTURA EQUIPARADA

§ 2º Aquele que se **omite** em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos. **TORTURA OMISSÃO**

A tortura, em qualquer de suas modalidades, é **crime material**, pois só há a consumação com o próprio resultado: o **sofrimento da vítima**. Assim, pode-se dizer que **é possível a tentativa e a desistência voluntária.**

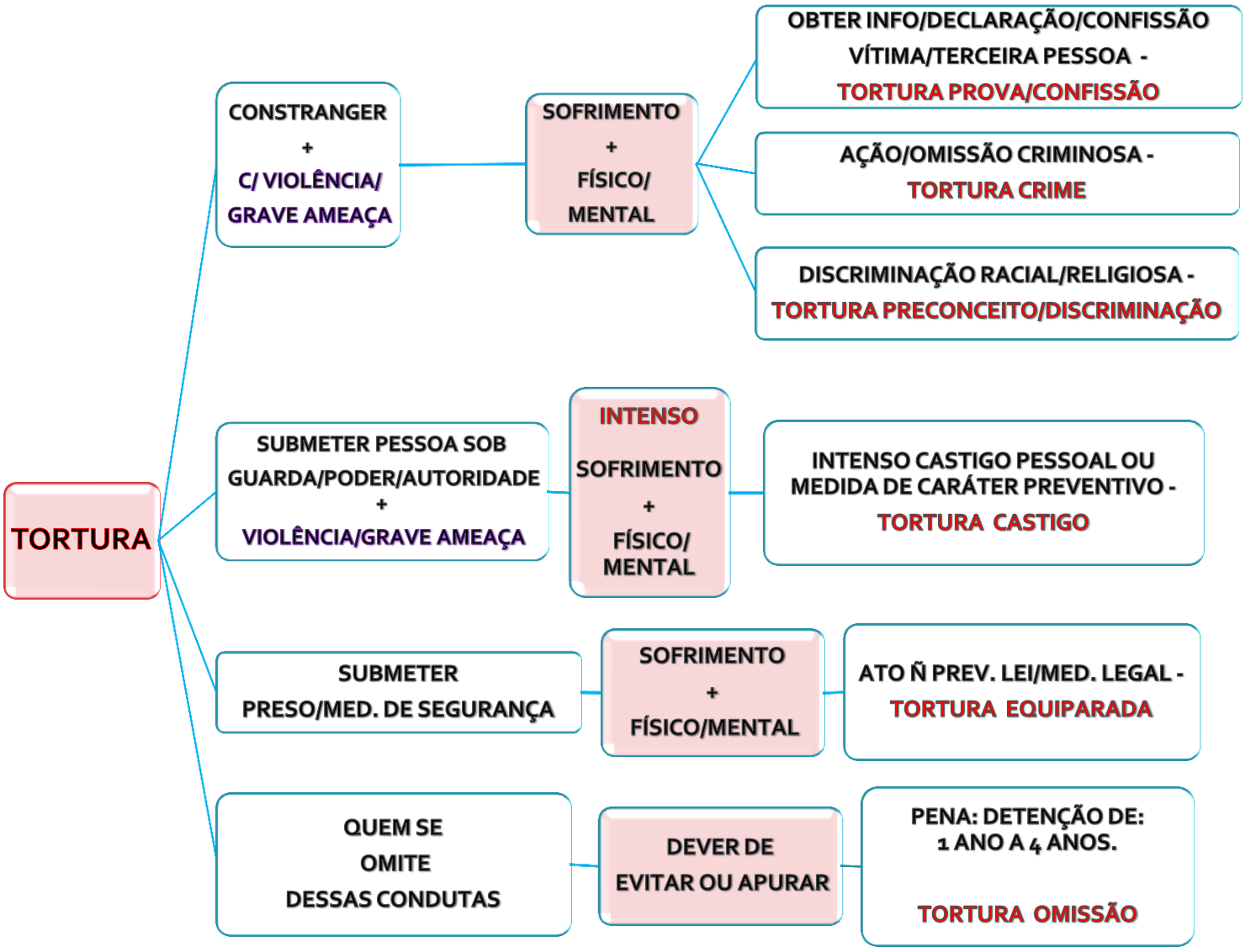
Além disso, **não se admite o arrependimento eficaz e nem o arrependimento posterior**. O crime de tortura é de **ação penal pública incondicionada**.

CRIME DE TORTURA - CARACTERÍSTICAS COMUNS REFERENTES A TODAS AS MODALIDADES:
• Crime material – Necessita do resultado naturalístico para se consumar.
• É possível a tentativa e a desistência voluntária;
• Não se admite arrependimento eficaz e nem arrependimento posterior;
• Ação penal pública incondicionada.

Pode-se observar no art. 1º que **existem diferentes modalidades de tortura,** diferenças aparentes pelos núcleos e subnúcleos aplicados em cada situação.

Observe abaixo algumas dessas modalidades, conforme já escrito n a própria lei e na Doutrina. Percebam que cada bloco possui uma função e não se pode tirar nenhum deles da base da formação do crime de tortura, pois caso um deles saia, não teremos o crime de tortura.

CRIMES DE TORTURA



ART. 1º CONSTITUI CRIME DE TORTURA:		
I - CONSTRANGER ALGUÉM	COM EMPREGO DE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA	CAUSANDO-LHE SOFRIMENTO FÍSICO OU MENTAL:

TORTURA PROVA – Art. 1º, Inciso I, a.	
• PROVA • PERSECUTÓRIA • CONFISSÃO	Com a finalidade de obter **INFORMAÇÃO, DECLARAÇÃO** ou **CONFISSÃO** da vítima ou de terceira pessoa o autor utiliza-se de violência ou grave ameaça e gera sofrimento físico ou mental da vítima. Conhecida também como tortura institucional, inquisitorial, probatória, persecutória, confissão ou prova. Aqui não se importa qual tipo de informação o autor busca. Nesse caso pode ser o policial que tenta torturar um vendedor de armas para que esse entregue onde é o depósito das armas, ou um particular que tortura a esposa para que essa diga onde fica a casa do amante. O crime se consuma com a provocação do sofrimento físico ou mental, ainda que não se obtenha a confissão da vítima.

TORTURA CRIME – Art. 1º, Inciso I, b.	
• CRIME	Nesse caso a violência ou grave ameaça gera sofrimento físico ou mental na vítima para criar **UMA AÇÃO OU UMA OMISSÃO DE NATUREZA CRIMINOSA**. O exemplo clássico aqui é a tortura do gerente de banco para que cometa um furto qualificado no seu local de trabalho. Da mesma forma da alínea anterior, o crime se consuma com o sofrimento aplicado. Uma atenção especial nos casos em que não seja natureza criminosa, ou seja, não seja crime, mas uma contravenção. Nesse caso não se considera crime de tortura. Outra coisa, se é ato infracional de adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente define como ato infracional a conduta descrita como contravenção ou crime. Assim só é essa modalidade de tortura quando a conduta for considerada como crime.

TORTURA PRECONCEITO – Art. 1º, Inciso I, c.	
• PRECONCEITO • DISCRIMINAÇÃO	A tortura nesse caso, diferente do que se viu até agora, não tem uma motivação final para se buscar. Apenas **UMA DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU RELIGIOSA**. A discriminação nesse caso se refere a uma exclusão ou imposição de uma restrição. Isso pode recair em algum fator relacionado a identificação humana pelas características físicas e biológicas (RACIAL) ou pelo fator de crença e fé (RELIGIOSO). Na tortura preconceito existe a grave ameaça ou violência o que não ocorre nos outros crimes que tratam do assunto preconceito de raça ou religião. ↳ STF decidiu que judeu é considerado raça ↳ Discriminação com base na sexualidade é considerado tortura? Atualmente NÃO.

TORTURA CASTIGO – Art. 1º, Inciso II.	
• CASTIGO • PUNITIVA • VINDICATIVA • INTIMIDATÓRIA	A tortura castigo deve ser observada como crime próprio, pois é preciso que exista o dever de cuidado da guarda, do poder ou da autoridade. A **GUARDA** é proveniente de quem têm dever de vigilância, como tutores, babás, professores, etc. Já o Poder é relacionado a um fato circunstancial, "momento em que se vive". Como por exemplo, o do Jornalista Tim Lopes, que fazia uma reportagem sobre bailes funks e os traficantes de um morro do Rio de Janeiro o torturaram e mataram. Existiu ali a relação de "**PODER**", ainda que seja o poder do narcotráfico fronte a sociedade. Já a questão da **AUTORIDADE** se explica nas relações de cargos públicos ou privados com ou sem remuneração. Exemplo, onde aja a relação de hierarquia e disciplina dentro de um quartel e o agente mais graduado tortura o que é menos graduado. **O crime de maus tratos (art. 136 CP)** - na hipótese que se confunde com esse delito de tortura - se configura com a exposição a perigo da vida ou da saúde de pessoa sob autoridade, guarda ou vigilância, abusando por meios de correção ou disciplina. Por isso não se confunde com tortura. A consumação do crime ocorre no momento em que ocorre o intenso sofrimento físico ou mental, sem a necessidade de qualquer lesão. A tentativa é possível, desde que o agente tenha iniciado a execução do crime, mas não tenha causado o intenso sofrimento por razões alheias à sua vontade.

TORTURA EQUIPARADA – Art. 1º, § 1º.	
• EQUIPARADA • IMPRÓPRIA • SEM FINALIDADE	Na mesma pena incorre quem **SUBMETE PESSOA PRESA OU SUJEITA A MEDIDA DE SEGURANÇA** a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida. Inclui-se que a medida de segurança: **Detentiva** - Tendo internação em hospital psiquiátrico; **Restritiva** - Submissão a tratamento ambulatorial Esta é a única conduta que não exige dolo especifico do agente, basta que a pessoa presa ou sujeita a medida de segurança seja submetida a sofrimento, não sendo exigida nenhuma finalidade especial por parte do torturador. Para resguardar os presos, hoje é preciso Fazer exame de corpo de delito em todas as pessoas entes de elas irem para O sistema penitenciário. Essa tortura foi criada exatamente para resguardar quem era preso das autoridades policiais. Obs.: Medida de segurança NÃO é considerado pena Pois é um fato típico é lícito, porém praticado por agente não culpável.

TORTURA OMISSÃO – Art. 1º, § 2º.	
• **OMISSÃO**	**§ 2º** Aquele que se **OMITE** em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos. Apenas responde por omissão perante a tortura, aquele que tinha o dever de agir para evitar o ato de tortura e não o faz. Aquele que **não evita,** comete omissão imprópria (comissivo por omissão). E aquele que **não apura,** comete omissão própria, pois tem a obrigação de apurar e não a faz.

➔Tortura Qualificada

§ 3º SE RESULTA LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE OU GRAVÍSSIMA, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

Estas são as formas para a **TORTURA QUALIFICADA**. A **lesão corporal leve não** é qualificadora do crime de tortura.

Para esclarecer as questões acerca da natureza da lesão corporal, é interessante que você relembre o teor do art. 129 do Código Penal, que trata do tema. As hipóteses de **lesão corporal grave** estão previstas no **§1º,** enquanto o **§2º** traz os casos **de lesão corporal gravíssima**.

CP, Art. 129.

GRAVE

§ 1º Se resulta:
I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;
II - perigo de vida;
III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;
IV - aceleração de parto:

GRAVÍSSIMA

§ 2º Se resulta:
I - Incapacidade permanente para o trabalho;
II - enfermidade incurável;
III - perda ou inutilização do membro, sentido ou função;
IV - deformidade permanente;
V - aborto:

MORTE (preterdoloso)

DOLO Tortura	CULPA Morte	-> "erra a mão" na tortura e acaba matando o cara
DOLO Tortura	DOLO Morte	-> homicídio qualificado pela tortura, prq a intenção dele desde o início era matar o cara

CONCURSO material de tortura e homicídio: ocorre quando nano dolo de torturar e no meio da execução advém o dolo de matar (a tiros de revólver por exemplo após ter torturado por horas), em tal caso para que não haja o "bis in idem", o homicídio terá a qualificadora do meio (tortura); mas poderá ser qualificado por outras circunstâncias, como motivo ou a forma de sua execução.

➔Aumento de Pena

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:
I - se o crime é cometido por **agente público**;
II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;
III - se o crime é cometido mediante **sequestro**.

O significado de **agente público** de acordo com o Código Penal é aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, que recebe ou não remuneração. Sabe-se que, nos casos em que a condição de agente público é elementar do crime, não pode se aplicada esta agravante. Não faria sentido, por exemplo, aplicar agravante à TORTURA-CASTIGO infligida por agente penitenciário contra presos, pois, se o agente não fosse funcionário público, não poderia haver o crime.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, são consideradas **crianças** as pessoas que tenham menos de 12 anos, enquanto **adolescentes** são aqueles que têm mais de 12 e menos de 18.

Por fim, a agravante relacionada ao **sequestro** é aplicável quando a vítima é sequestrada e, durante o sequestro, o agente comete crime de tortura. Caso o agente cerceie a liberdade da vítima com a finalidade única de infligir a tortura, não há que se falar em sequestro.

✓ Aquele que apurar o fato não incidirá a majorante de ser agente público, pois seria configurado o "bizi in idem"

✓ para efeito do §4, I, o STF entende como condenação imediata o efeito para a perda do cargo. Apesar do artigo. 92, I, CP dizer que não é imediato.

➔Perda do cargo público

§ 5º A condenação acarretará a **PERDA DO CARGO**, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Este é um **efeito extrapenal administrativo da condenação**. Caso o agente do crime de tortura seja funcionário público, perderá seu cargo, função ou emprego e ficará interditado para seu exercício pelo período equivalente ao dobro da pena.

O STF e o STJ já decidiram que esse efeito decore automaticamente da condenação.

➔Inafiançável e insuscetível de graça ou anistia

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça e anistia.

É permitido a liberdade provisória com fiança!

➔Regime de cumprimento da pena

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, **iniciará o cumprimento da pena em regime fechado**.

Em 2007 a Lei dos Crimes Hediondos foi alterada, e hoje todos os crimes hediondos e equiparados devem ter suas **penas cumpridas inicialmente em regime fechado**, mas é possível a progressão de regime. Não são cumpridos integralmente em regime fechado.

A polêmica, porém, não acabou. O STJ tem afirmado, em julgados recentes, que **não é obrigatório que o condenado por crime de tortura inicie o cumprimento da pena em regime fechado**. Esse entendimento decorre do posicionamento do STF relacionado aos crimes hediondos e equiparados, e entre os equiparados está o crime de tortura. Súmula 698 STF: "Não se estende aos demais crimes hediondos a admissibilidade de progressão no regime de execução da pena aplicada ao crime de tortura".

DIREITO PENAL. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA NO CRIME DE TORTURA. Não é obrigatório que o condenado por crime de tortura inicie o cumprimento da pena no regime prisional fechado. Dispõe o art. 1º, § 7º, da Lei 9.455/1997 – lei que define os crimes de tortura e dá outras providências – que "O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado".

Entretanto, cumpre ressaltar que o Plenário do STF, ao julgar o HC 111.840-ES (DJe 17.12.2013), afastou a obrigatoriedade do regime inicial fechado para os condenados por crimes hediondos e equiparados, devendo-se observar, para a fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o disposto no art. 33 c/c o art. 59, ambos do CP. Assim, por ser equiparado a crime hediondo, nos termos do art. 2º, *caput* e § 1º, da Lei 8.072/1990, é evidente que essa interpretação também deve ser aplicada ao crime de tortura, sendo o caso de se desconsiderar a regra disposta no art. 1º, § 7º, da Lei 9.455/1997, que possui a mesma disposição da norma declarada inconstitucional. Cabe esclarecer que, ao adotar essa posição, não se está a violar a Súmula Vinculante n.º 10, do STF, que assim dispõe: "Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte". De fato, o entendimento adotado vai ao encontro daquele proferido pelo Plenário do STF, tornando-se desnecessário submeter tal questão ao Órgão Especial desta Corte, nos termos do art. 481, parágrafo único, do CPC: "Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão". Portanto, seguindo a orientação adotada pela Suprema Corte, deve-se utilizar, para a fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o disposto no art. 33 c/c o art. 59, ambos do CP e as Súmulas 440 do STJ e 719 do STF. Confiram-se, a propósito, os mencionados verbetes sumulares: "Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito." (Súmula 440 do STJ) e "A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea." (Súmula 719 do STF). Precedente citado: REsp 1.299.787-PR, Quinta Turma, DJe 3/2/2014. HC 286.925-RR, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 13/5/2014.

STF diz que pode iniciar no semiaberto quando condenado à pena menor, de 2 anos.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

✓ A lei adota o princípio da extraterritorialidade condicionada.

↳ São duas as condições alternativas: [que a vítima seja brasileira ou
que o autor da tortura esteja em território brasileiro

QUESTÕES COMENTADAS

1- (DEPEN – Agente Penitenciário – 2015 – Cespe). Situação Hipotética Um servidor público federal, no exercício de atividade carcerária, colocou em perigo a saúde física de preso em virtude de excesso na imposição da disciplina, com a mera intenção de aplicar medida educativa, sem lhe causar sofrimento.

Resolução:
Comentário: Nessa situação, o referido agente responderá pelo crime de tortura, pois não podemos dizer que houve tortura, por que não houve dolo e nem sofrimento. Na realidade o caso trazido pela questão é de crime de maus tratos, tipificado no art. 136 do Código Penal.
Gabarito: Errada.

2- (DPU – Defensor Público Federal – 2015 – Cespe). Caracteriza uma das espécies do crime de tortura a conduta consistente em, com emprego de grave ameaça, constranger outrem em razão de discriminação racial, causando-lhe sofrimento mental.

Resolução:
Comentários: Certa questão, pois essa modalidade é a tortura-racismo.
Gabarito: Certa.

3- (SEAP-DF – Agente de Atividades Penitenciárias – 2015 – Universa). A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição, para seu exercício, pelo triplo do prazo da pena aplicada.

Resolução:
Comentário: Muito cuidado aqui, pois na realidade a interdição deve perdurar pelo dobro do prazo da pena, e não pelo triplo!
Gabarito: Errada.

4- (PC-CE – Escrivão de Polícia – 2015 – VUNESP). O crime de tortura (Lei no 9.455/97) tem pena aumentada de um sexto até um terço se for praticado

a) ininterruptamente, por período superior a 24 h.
b) em concurso de pessoas.
c) por motivos políticos.
d) contra mulher.
e) por agente público.

Resolução: Letra E.
Comentários: A pena é aumentada de um sexto até um terço nas seguintes circunstâncias:

I - se o crime é cometido por agente público;
II - se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;
III - se o crime é cometido mediante sequestro.
Gabarito: E.

5- (DPE-RS – Defensor Público – 2014 – FCC). Sobre a Lei nº 9.455/97 (Crimes de Tortura), é correto afirmar que:

a) se a vítima da tortura for criança, a Lei nº 9.455/97 deve ser afastada para incidência do tipo penal específico de tortura previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 233 do ECA).
91824207425
b) há previsão legal de crime por omissão.

c) é inviável a suspensão condicional do processo para qualquer das modalidades típicas previstas na lei.
d) o regramento impõe, para todos os tipos penais que prevê, que o condenado inicie o cumprimento da pena em regime fechado.
e) há vedação expressa, no corpo da lei, de aplicação do sursis para os condenados por tortura.

Resolução: Letra B.
Comentários: A alternativa **A está incorreta** porque o tipo penal do ECA que tratava de tortura contra criança ou adolescente foi revogado pela Lei de Tortura. Hoje a tortura praticada contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 anos sujeita o infrator a aumento de pena de um sexto até um terço. A alternativa **B está correta**, pois a lei traz a previsão da tortura por omissão em seu art. 1º, §2º. As alternativas **C e E estão incorretas** porque na tortura por omissão cabe a suspensão condicional do processo, uma vez que a pena deste delito é de 1 a 4 anos de detenção. A alternativa **D está incorreta** porque o STF já afastou a obrigatoriedade do regime inicial fechado.
Gabarito: B.

6- (CESPE/2010/MPU) - O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
Resposta: Certo.
Resolução: Art. 1º, §6 - Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de: I - anistia, graça e indulto;

7- (CESPE/2012/ANAC) – A tortura é constitucionalmente proibida, exceto para salvar a vida de outras pessoas.

Resposta: Errado.
Resolução: Art. 5º, XLIII - A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;
A tortura, crime equiparado a hediondo (3THs)*, não é aceita no Brasil sob todas e quaisquer circunstâncias.
*Dica = 3**TH**s = **T**ortura, **T**errorismo, **T**ráfico de Drogas e **H**ediondos.

8- (CESPE/2013/PC-BA) - A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.
Resposta: Errado.
Resolução: Em caso de guerra declarada, a pena de morte pode ser aplicada. Mas a tortura não, conforme Art. 84º, Inciso XIX da CF/88.

9- (CESPE/2015/DPU) - Em relação aos crimes contra a fé pública, aos crimes contra a administração pública, aos crimes de tortura e aos crimes contra o meio ambiente, é correto afirmar que:
Caracteriza uma das espécies do crime de tortura a conduta consistente em, com emprego de grave ameaça, constranger outrem em razão de discriminação racial, causando-lhe sofrimento mental.
Resposta: Certo

Resolução: Segundo o Art. 1º, Inciso I, **c)** em razão de discriminação racial ou religiosa.

10- (CESPE/2018/Polícia Federal) - A respeito de tortura e de exames periciais para diagnóstico de vítimas submetidas a tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, julgue o item subsequente. A otoscopia detalhada, exame que, em geral, possibilita ao médico legal descrever as lesões detectadas, pode confirmar o diagnóstico de traumatismo do aparelho auditivo e o tipo de tortura que a vítima tiver sofrido.
Resposta: Certo.
Dica: Otoscopia lembra Otorrino que lembra Ouvido, é a perícia feita no aparelho auditivo para identificar danos ou lesões.

11- (CESPE/2019/TJ-BA) - De acordo com a doutrina e com a jurisprudência do STF, assinale a opção correta, acerca da proteção ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e da prática do crime de tortura.
A) Em tempo de paz, a vedação da prática de tortura está sujeita a regulamentação ou restrição do legislador.
B) A norma constitucional que veda a concessão de fiança, graça e anistia ao crime de tortura é de eficácia limitada.
C) A Lei de Anistia não se estende aos crimes de tortura praticados pelos agentes do Estado que atuaram na repressão durante os governos militares.
D) Segundo sua estrutura, a norma constitucional que veda a prática de tortura tem caráter de princípio, e não de regra.
E) É da justiça militar a competência para decretar a perda do oficialato de policial militar que for condenado pela prática do crime de tortura.
Resposta: B.
Resolução: XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem. Por serem bem definidos os crimes que se enquadram nessa lei, ela se torna limitada.

12- (FCC/ 2009/DPE-MA) - Nos termos da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a tortura é:

A) Proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.
B) Permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.
C) Permitida excepcionalmente para o combate ao terrorismo, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.
D) Proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.
E) Permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.

Resposta: D.
Resolução: Tortura quando é cometida por Agente Público, é equiparado a Crime Hediondo. É também proibido sob todas e quaisquer circunstâncias. Quando cometido por quem não esteja ligado a servidores públicos, é crime comum.

13- (CESPE/ 2016/PC-GO) - À luz das disposições da Lei n.º 9.455/1997, que trata dos crimes de tortura, assinale a opção correta:

A) O fato de o agente constranger um indivíduo mediante violência ou grave ameaça, em razão da orientação sexual desse indivíduo, causando-lhe sofrimento físico ou mental, caracteriza o crime de tortura na modalidade discriminação.
B) O delegado que se omite em relação à conduta de agente que lhe é subordinado, não impedindo que este torture preso que esteja sob a sua guarda, incorre em pena mais branda do que a aplicável ao torturador.
C) A babá que, mediante grave ameaça e como forma de punição por mau comportamento durante uma refeição, submeter menor que esteja sob sua responsabilidade a intenso sofrimento mental não praticará crime de tortura por falta de tipicidade, podendo ser acusada apenas de maus tratos.
D) O crime de tortura admite qualquer pessoa como sujeitos ativo ou passivo; assim, pelo fato de não exigirem qualidade especial do agente, os crimes de tortura são classificados como crimes comuns.
E) Crimes de tortura são classificados como crimes próprios porque exigem, para a sua prática, a qualidade especial de os agentes serem agentes públicos.
Resposta: B.
Resolução: b) Para provocar ação ou omissão de natureza criminosa, logo, o delegado está sendo omisso porque tinha o dever de evitar o fato. A pena dele será de 1 a 4 anos, sendo uma pena mais branda em relação ao torturador que será de 2 a 8 anos, mais o aumento da pena de um sexto a um terço por ser funcionário público.

14- (CESPE/2018/PC-MA) - O Código Penal estabelece como hipótese de qualificação do homicídio o cometimento do ato com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum. Esse dispositivo legal é exemplo de interpretação:

A) Analógica
B) Teleológica
C) Restritiva
D) Progressiva
E) Autêntica
Resposta: A
Resolução: Interpretação analógica (ou *intra legem*): O Código, atendendo ao princípio da legalidade, detalha todas as situações que quer regular e, posteriormente, permite que aquilo que a elas seja semelhante possa também ser abrangido no dispositivo. Esse é um exemplo de interpretação Analógica, pois o legislador dá uma série de exemplos e no final abre a possibilidade para que outras condutas semelhantes sejam punidas da mesma forma. Temos aqui, não uma qualificadora dos motivos do crime, mas uma qualificadora dos meios utilizados para a prática do crime.

15- (CESPE/2017/DPE-AC) – Direito Humanitário Internacional - Acerca dos direitos humanos da pessoa em situação de prisão, julgue os itens seguintes:

- **I-** O Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes é, formalmente, não vinculante, podendo ser classificado como *soft law*
- **II-** Conforme a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, para que seja classificado como tortura, um ato deve necessariamente envolver, direta ou indiretamente, um agente público.
- **III-** As normas da ONU voltadas especificamente ao tratamento das mulheres presas estão dispostas nas Regras de Bangkok

Quais estão corretas?

a) Apenas o item I está certo.
b) Apenas o item II está certo.
C) Apenas os itens I e III estão certos.
D) Apenas os itens II e III estão certos.
E) Todos os itens estão certos
Resposta: D.
Resolução: Convenção Internacional: a tortura deve ser praticada por agente público.
Convenção Interamericana: Como ocorre na Convenção Internacional, a tortura está vinculada a uma atuação estatal (investigação criminal). Dessa forma, exige-se uma especial condição do agente praticante da conduta delitiva (ser funcionário público ou exercer função pública).
Lei de Tortura (Lei 9.455): NÃO se exige agente público. É crime comum (deixa de ser equiparado a Crime Hediondo).

16- (CESPE/2018//STJ) - Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue:
A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.
Resposta: Errada.
Resolução: Lei Nº 9455/1997, § 5º - A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada. Ou seja, o erro está em dizer que a condenação é igual ao prazo da pena aplicada, sendo que na verdade é o dobro.

17- (CESPE/2018/Polícia Federal) - A respeito de tortura e de exames periciais para diagnóstico de vítimas submetidas a tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, julgue o item subsequente:
Exame da região genital, caso necessário, deverá ser realizado por médico do mesmo sexo do periciando, exceto nos casos de transexuais e assemelhados.
Resposta: Errado
Resolução: Nº 1.635, de 9 de Maio de 2002, o periciando (a vítima) pode decidir o gênero do médico. Não necessariamente "deve" ser realizado por médico do mesmo gênero.

18- (CESPE/2018/Polícia Federal) - A respeito de tortura e de exames periciais para diagnóstico de vítimas submetidas a tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, julgue o item subsequente.
Em caso de hipótese de tortura, a utilização da expressão "correspondência típica" em um relatório médico-legal indicará que o sinal ou sintoma não pode ter sido causado de qualquer outra forma senão a descrita.
Resposta: Errado.
Resolução: Na correspondência típica os sintomas aparecem associados ao tipo de traumatismo descrito, porém, pode existir outras causas possíveis.

19- (CESPE/2018/PC-MA) - Na necropsia em morte por tortura, as lesões mais comumente encontradas são:
A) Os sinais de abuso sexual, característicos de tortura e humilhação.
B) As fraturas e avulsões dentárias, especialmente por traumatismos faciais.
C) As queimaduras, decorrentes de cigarros acesos, no dorso, no tórax e no ventre.
D) Os edemas e ferimentos das regiões palmares, podendo ser acompanhados de fraturas.
E) As equimoses e os hematomas, principalmente na face, no tronco, nas extremidades e na bolsa scrotal.

Resposta: E
Resolução: Equimoses e hematomas são contusões e acumulo de sangue em órgão ou tecido após hemorragia interna, sendo assim, a causa mais provável de morte.

20- (CESPE/2018/ABIN) - Entre 1894 e 1945 ocorreram mudanças que modernizaram as estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil. A respeito desse período histórico, julgue o item seguinte:
primeiro período Vargas (1930–1945) foi marcado por várias iniciativas — promoção do sistema educativo, sistematização e ampliação da legislação trabalhista e apoio à industrialização — e por medidas políticas — acordo político de 1932 com a oligarquia paulista, tortura a presos políticos, censura à imprensa durante o Estado Novo, e a adesão de Getúlio Vargas ao integralismo.
Resposta: Errado.

Resolução: O que torna a afirmação errada é dizer que Getúlio Vargas aderiu ao integralismo, na época, houve polarização política entre os Integralistas (AIB) e os Comunistas (ANL), e Getúlio conseguiu manter um equilíbrio entre os dois lados.

21- (CESPE/2016/POLÍCIA CIENTÍFICA) - A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 8.072/1990, assinale a opção correta:

A) O agente que pratica homicídio simples, consumado ou tentado, não comete crime hediondo.
B) A prática de racismo constitui crime hediondo, inafiançável e imprescritível
C) A tortura é crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
D) O crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima é hediondo quando praticado contra parente consanguíneo até o quarto grau de agente da segurança pública, em razão dessa condição.
E) A lei penal e a processual penal retroagem para beneficiar o réu.
Resposta: A.
Resolução: Na Lei Nº 8.072/90, não é crime hediondo o agente que pratica a consumação ou tentado de homicídio, tornando-o assim, um crime simples.

22- (CESPE/2016/PC-GO) - A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, qual é a opção correta:

A) De acordo com a lei, a prática da tortura é considerada crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.
B) A prisão em flagrante deve ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária, devido ao fato de ser vedado levar pessoas à prisão ou mantê-las na prisão nas situações em que a lei admitir a liberdade provisória.
C) Nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, permite-se que ordem judicial afaste a inviolabilidade do sigilo da correspondência.
D) Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis o terrorismo e os definidos como crimes hediondos; a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
E) É permitida a extradição de brasileiro naturalizado, em caso de crime comum praticado após a naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
Resposta: A
Resolução: De acordo com a Lei Nº 9455/97, § 6º - O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. E segundo o § 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

23- (CESPE/2016/PC-PE) - Rui e Jair são policiais militares e realizam constantemente abordagens de adolescentes e homens jovens nos espaços públicos, para verificação de ocorrências de situações de uso e tráfico de drogas e de porte de armas. Em uma das abordagens realizadas, eles encontraram Rodrigo, conhecido por efetuar pequenos furtos, e, durante a abordagem, verificaram que Rodrigo portava um celular caro. Jair começou a questionar a quem pertencia o celular e, à medida que Rodrigo negava que o celular lhe

pertencia, alegando não saber como havia ido parar em sua mochila, começou a receber empurrões do policial e, persistindo na negativa, foi derrubado no chão e começou a ser pisoteado, tendo a arma de Rui direcionada para si. Como não respondeu de forma alguma a quem pertencia o celular, Rodrigo foi colocado na viatura depois de apanhar bastante, e os policiais ficaram rodando por horas com ele, com o intuito de descobrirem a origem do celular, mantendo-o preso na viatura durante toda uma noite, somente levando-o para a delegacia no dia seguinte. Nessa situação hipotética, à luz das leis que tratam dos crimes de tortura e de abuso de autoridade e dos crimes hediondos:

A) os policiais cometeram o crime de tortura, que, no caso, absorveu o crime de lesão corporal.
B) os policiais cometeram somente crime de abuso de autoridade e lesão corporal.
C) o fato de Rui e Jair serem policiais militares configura causa de diminuição de pena.
D) os policiais cometeram o tipo penal denominado tortura-castigo.
E) caso venham a ser presos cautelarmente, Rui e Jair poderão ser soltos mediante o pagamento de fiança.
Resposta: A.
Resolução: Conforme consta na Lei Nº 9455/97, Art. 1º, I - a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; Os policiais cometeram crime de tortura o qual absorve o crime de lesão corporal, não se enquadrando em tortura-castigo e com certeza, sem direito à fiança.

24- (CESPE/2018/DPE-PE) - De acordo com a legislação penal especial, assinale a opção correta:
A) Comete o crime de tortura aquele que, tendo o dever de evitar a conduta, se mantém omisso ao tomar ciência ou presenciar pessoa presa ser submetida a sofrimento físico ou mental, por meio da prática de ato não previsto legalmente.
B) A autoridade policial pode praticar a ação controlada — que consiste no retardamento da intervenção policial para aguardar o momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações — independentemente de prévia comunicação ao juiz competente.
C) Será interditado do exercício da atividade pública por igual período ao da pena privativa de liberdade prevista no Código Penal para o crime de lavagem de dinheiro o indivíduo que, exercendo cargo ou função pública de qualquer natureza, for condenado pela prática de tal crime.
D) Sendo o servidor público condenado por crime de abuso de autoridade, será decretada a perda do cargo e a sua inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo de até cinco anos.
E) Em qualquer hipótese, configura-se o crime de disparo de arma de fogo disparar arma de fogo com a finalidade de praticar outro crime.
Resposta: A.
Resolução: Conforme previsto na Lei Nº 9455/97, § 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos. Isso nos leva ao termo "Tortura-Omissão", que o agente se omite em seu dever de evitar a tortura.

25- (CESPE/2016/TCE-PR) - Acerca de improbidade administrativa, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ):
A) contratação de servidores públicos sem concurso público, mesmo que fundada em legislação local, configura improbidade administrativa prevista na Lei de Improbidade Administrativa.
B) A tortura praticada por policial contra preso custodiado em delegacia pode configurar ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
C) O fato de o agente ter sido condenado pela justiça eleitoral ao pagamento de multa por infringência às disposições contidas na Lei das Eleições impede sua condenação em quaisquer das sanções de improbidade administrativa, inclusive da multa civil, sob pena de bis in idem.
D) Ensejará o reconhecimento de ato de improbidade administrativa o abuso perpetrado por agente público durante abordagem policial, mesmo que o ofendido pela conduta do policial seja particular que não esteja no exercício de função pública.
E) Não é possível, em ação civil pública de improbidade administrativa, a condenação de membro do Ministério Público à pena de perda da função pública prevista na Lei de Improbidade Administrativa.

Resposta: B.
Resolução: Quando é praticado a tortura por policiais, atinge também as leis de: penal, civil e disciplinar, configurando o ato de improbidade administrativa, também que, além de atingir a pessoa-vítima, atinge em conjunto interesses da administração em geral (as instituições de segurança pública em especial), e o Estado Democrático de Direito.

26- (CESPE/2016/PC-PE) - Da sentença penal se extraem diversas consequências jurídicas e, quando for condenatória, emergem-se os efeitos penais e extrapenais. Acerca dos efeitos da condenação penal, assinale a opção correta:

A) A licença de localização e de funcionamento de estabelecimento onde se verifique prática de exploração sexual de pessoa vulnerável, em caso de o proprietário ter sido condenado por esse crime, não será cassada, dada a ausência de previsão legal desse efeito da condenação penal.
B) A condenação por crime de racismo cometido por proprietário de estabelecimento comercial sujeita o condenado à suspensão do funcionamento de seu estabelecimento, pelo prazo de até três meses, devendo esse efeito ser motivadamente declarado na sentença penal condenatória.
C) Segundo o CP, constitui efeito automático da condenação a perda de cargo público, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.
D) A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo público e a interdição temporária para o seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, desde que fundamentada na sentença condenatória, não sendo efeito automático da condenação.
E) A condenação penal pelo crime de maus-tratos, com pena de detenção de dois meses a um ano ou multa, ocasiona a incapacidade para o exercício do poder familiar, quando cometido pelo pai contra filho, devendo ser motivado na sentença condenatória, por não ser efeito automático.
Resposta: B.
Resolução: Art. 16, lei 7.716/89 - Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses. O Crime de Tortura e de Organização Criminosa são os únicos que caracterizam a perda automática da função, ou cargo público.

27- (CESPE/2018 /PC-MA) Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico;
A) e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.
B) estará configurada uma causa de aumento de pena.
C) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.
D) provado o fato, a pena será de detenção.
E) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.
Resposta: B.
Resolução: Segundo a Lei Nº 9455/97, § 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço: I - se o crime for cometido por agente público;

28- (CESPE/2018/Polícia Federal) - Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação a crime de tortura, crime hediondo, crime previdenciário e crime contra o idoso. Cinco guardas municipais em serviço foram desacatados por dois menores. Após breve perseguição, um dos menores evadiu-se, mas o outro foi apreendido. Dois dos guardas conduziram o menor apreendido para um local isolado, imobilizaram-no, espancaram-no e ameaçaram-no, além de submetê-lo a choques elétricos. Os outros três guardas deram cobertura. Nessa situação, os cinco guardas municipais responderão pelo crime de tortura, incorrendo todos nas mesmas penas.

Resposta: Certo
Resolução: Segundo a Lei da Tortura, Nº 9455/97 Art. 1º, os cinco guardas cometeram tal crime, dois cometeram o crime de forma ativa, os outros três cometeram o crime de tortura imprópria, eles deram cobertura, não se omitiram, dada assim a pena de reclusão de dois a oito anos.

29- (CESPE/2013/PC-DF) - Em relação aos crimes de tortura (Lei n. o 9.455/1997), aos crimes contra as relações de consumo (Lei n. o 8.078/1990) e aos juizados especiais criminais (Lei n. o 9.099/1995), julgue os itens que se seguem. Considere a seguinte situação hipotética: agente carcerário Daniel dirigiu-se ao escrivão de polícia Rodrigo para informar que, naquele instante, o agente carcerário Batista estava cometendo crime de tortura contra um dos presos e que Batista disse que só pararia com a tortura depois de obter a informação desejada. Nessa situação hipotética, se nada fizer, o escrivão Rodrigo responderá culposamente pelo crime de tortura.
Resposta: Errado.
Resolução: No crime de tortura (Lei Nº 9455/97) não há a modalidade culposa, sendo toda vez, dolosa, quando houver o crime de tortura por omissão, ele deixa de ser equiparado a crime hediondo, tendo assim a pena de 1 a 4 anos.

30- (CESPE/2010/MPU) – Com relação a Direito Penal, o crime de tortura praticado, em qualquer de suas modalidades, por agente público no exercício de suas funções absorve, necessariamente, o delito de abuso de autoridade.
Resposta: Errado.
Resolução: O Abuso de Autoridade não absorve e não pode ser absorvido segundo o STJ e o STF. Porém há exceção no Crime de Tortura, quando o Abuso de Autoridade é utilizado como meio para praticar o Crime de Tortura Física, ele absorve o de Abuso de autoridade, sendo julgado o(s) executor(es) apenas pelo Crime de Tortura. Quando a tortura é psíquica, ele não absorve o Abuso de Autoridade, sendo o(s) executor(es) julgado(s) pelos dois crimes, e somado as penas.

31- (CESPE/2010/AGU) - Julgue os seguintes itens, que versam sobre responsabilidade civil do Estado. As ações de reparação de dano ajuizadas contra o Estado em decorrência de perseguição, tortura e prisão, por motivos políticos, durante o Regime Militar não se sujeitam a qualquer prazo prescricional.
Resposta: Certo.
Resolução: Os crimes de tortura não são imprescritíveis, segundo o Art. 5, XLIII CF/88. Ele apenas é apenas inafiançável e insuscetível de graça e anistia conforme o §6º Art. 1º da Lei Nº 9455/97.

32- (CESPE/2013/PC-BA) - Determinado policial militar efetuou a prisão em flagrante de Luciano e o conduziu à delegacia de polícia. Lá, com o objetivo de fazer Luciano confessar a prática dos atos que ensejaram sua prisão, o policial responsável por seu interrogatório cobriu sua cabeça com um saco plástico e amarrou-o no seu pescoço, asfixiando-o. Como Luciano não confessou, o policial deixou-o trancado na sala de interrogatório durante várias horas, pendurado de cabeça para baixo, no escuro, período em que lhe dizia que, se ele não confessasse, seria morto. O delegado de polícia, ciente do que ocorria na sala de interrogatório, manteve-se inerte. Em depoimento posterior, Luciano afirmou que a conduta do policial lhe provocara intenso sofrimento físico e mental. Considerando a situação hipotética anterior e o disposto na Lei Federal n.º 9.455/1997, julgue o item subsequente:delegado não pode ser considerado coautor ou partícipe da conduta do policial, pois o crime de tortura somente pode ser praticado de forma comissiva.
Resposta: Errado.
Resolução: O erro está em dizer que ele participa de forma comissiva, quando o Art. 1º da Lei Nº 9455/97 traz a conduta omissiva.

33- (CESPE/2013/TCE-RO) - Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir, a respeito dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais. Ao estabelecer que nenhum indivíduo será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, o constituinte estabeleceu uma norma classificada como princípio fundamental da República Federativa do Brasil.
Resposta: Errado.
Resolução: Essa afirmativa faz parte do Título II, os Princípios Fundamentais fazem parte do Título I da CF/88.

34- (CESPE/2009/Polícia Federal) - Julgue os itens seguintes, relativos a crimes de tortura e ambientais. A prática do crime de tortura torna-se atípica se ocorrer em razão de discriminação religiosa, pois, sendo laico o Estado, este não pode se imiscuir em assuntos religiosos dos cidadãos.
Resposta: Errado
Resolução: A Lei Nº 9544/97 Art. 1º tipifica três tipos de tortura, sendo eles: Tortura-Prova, Tortura-Crime e Tortura Racismo/Religiosa.

35- (CESPE/2014/Polícia Federal) - No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o seguinte item: O terrorismo, o racismo, a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes são crimes hediondos, inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.
Resposta: Errado.
Resolução: A tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia. Porém, o racismo é imprescritível, e não é hediondo, nem equiparado.

36- (CESPE/2010/MPU) - Com relação aos crimes de tortura, julgue o próximo item: É considerado crime de tortura submeter alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar-lhe castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
Resposta: Certo.
Resolução: Essa afirmação é exatamente o que descreve no Art. 1º, II da Lei Nº 9455/97, porém quando deixar de existir a palavra "intenso", a afirmação passa ser conforme o Art. 136º do Código Penal - Crime de maus-tratos.

37- (CESPE/2013/PC-BA) - No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir: A previsão constitucional da prática de tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia expressa um dever de proteção identificado pelo constituinte e traduz-se em mandado de criminalização dirigido ao legislador.
Resposta: Certo.
Resolução: O mandado de criminalização dirigido ao legislador é uma determinação da própria CF para que o legislador criminalize a conduta através da lei. Ou seja, é uma obrigação para o legislador quanto a tipificação de crime, nesse caso, o Crime de Tortura.

38- (CESPE/2013/MPE-RO) - No que concerne à Declaração Universal dos Direitos Humanos, à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assinale a opção correta:
A) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o indivíduo, no exercício de seus direitos e liberdades, sujeita-se apenas às limitações determinadas pela lei, desde que não os exerça contrariamente aos propósitos e princípios da ONU.
B) Para os fins da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, o termo tortura designa o ato de infligir, intencionalmente, a alguém sofrimento físico agudo, a

fim de dela obter confissão, ainda que tal sofrimento seja consequência única de sanção legítima.
C) Para os fins da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a expressão discriminação racial refere-se ao comportamento do qual resulte preferência baseada em raça ou cor, com o objetivo de restringir o exercício, em um mesmo plano, de liberdades fundamentais no campo cultural, mas não ao comportamento do qual resulte preferência baseada em descendência.
D) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial é aplicável às distinções feitas entre cidadãos e não cidadãos por um Estado-parte.
E) A natureza jurídica da Declaração Universal dos Direitos Humanos é de tratado internacional.
Resposta: A.
Resolução: A afirmação "A" está correta, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no XXIX. E com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades dos outros e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

39- (CESPE/2012/AGU) - No que concerne aos direitos humanos no âmbito do direito internacional, julgue os itens que se seguem. Em casos que envolvam a prática de tortura sistemática, a Convenção Americana de Direitos Humanos permite o acesso direto do indivíduo à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
Resposta: Errado.
Resolução: Segundo o Art. 61º, 1 da Convenção Americana de Direitos Humanos: Somente os países integrantes do Estado Parte e a Comissão têm direito de submeter um caso à decisão da Corte, então não se considera o indivíduo como tendo personalidade jurídica de direito internacional.

40- (CESPE/2015/DPE-PE) - Com relação aos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, julgue o próximo item. A tortura é um crime que viola o direito internacional, porém, em circunstâncias excepcionais, como em casos de segurança nacional, se comprovada grave ameaça à segurança pública, pode ser exercida com limites.
Resposta: Errado.
Resolução: No Art. 5º da CF/88, III - diz que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. E no Art. 2º do Tratado Internacional diz que Em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais, tais quais, como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, como justificação para a tortura.

41- (CESPE/2012/Polícia Federal) - A respeito das leis especiais, julgue os itens a seguir: O policial condenado por induzir, por meio de tortura praticada nas dependências do distrito policial, um acusado de tráfico de drogas a confessar a prática do crime perderá automaticamente o seu cargo, sendo desnecessário, nessa situação, que o juiz sentenciante motive a perda do cargo.
Resposta: Certo.
Resolução: O efeito automático da condenação, o juiz nem precisa declarar esse feito na sentença. Basta transitar em julgado na condenação e a administração pode excluir o funcionário. E a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

42- (CESPE/2012/TJ-AC) - Acerca das leis penais extravagantes, julgue os itens subsecutivos, de acordo com o magistério doutrinário e jurisprudencial dominantes. Suponha que João, penalmente capaz, movido por sadismo, submeta Sebastião, com emprego de violência, a contínuo e intenso sofrimento físico, provocando-lhe lesão corporal de natureza gravíssima. Nessa situação, João deverá responder pelo crime de tortura e, se condenado, deverá cumprir a pena em regime inicial fechado.
Resposta: Errado.
Resolução: Ele não responderá pelo Crime de Tortura, por que o fez por "sadismo", como consta na questão, apesar do emprego de violência contínua e intenso sofrimento físico. Ele pode ser julgado por Lesão Corporal, ou dependendo, até por Tentativa de Homicídio.

43- (CESPE/2018/STJ) - Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue: A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.
Resposta: Errado.
Resolução: O condenado pelo Crime de Tortura perde de forma automática o cargo, função ou emprego público, a interdição para o seu exercício é do dobro de prazo referente ao da pena aplicada.

44- (CESPE/2015/STJ) - De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/2009) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item subsequente: Entre as principais diretrizes do PNDH-3/2009, no eixo de segurança pública, acesso à justiça e combate à violência, incluem-se a democratização e modernização do sistema de segurança pública; a transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal; e o combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária.
Resposta: Certo.
Resolução: O Decreto Nº 7.037/09, Diretriz 14 diz:
Combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária.

45- (CESPE/2013/DPF) - Tendo em vista que o médico-legista deve descrever, em seu laudo, as lesões que eventualmente encontrar, e cuja natureza jurídica pode ser leve, grave e gravíssima, ou, ainda, lesão corporal seguida de morte, em conformidade com o art. 129 do Código Penal, julgue o item que se segue:

A Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assinale a opção correta:

A) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o indivíduo, no exercício de seus direitos e liberdades, sujeita-se apenas às limitações determinadas pela lei, desde que não os exerça contrariamente aos propósitos e princípios da ONU.
B) Para os fins da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, o termo tortura designa o ato de infligir, intencionalmente, a alguém sofrimento físico agudo, a fim de dela obter confissão, ainda que tal sofrimento seja consequência única de sanção legítima.
C) Para os fins da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a expressão discriminação racial refere-se ao comportamento do qual resulte preferência baseada em raça ou cor, com o objetivo de restringir o exercício, em um mesmo plano, de liberdades fundamentais no campo cultural, mas não ao comportamento do qual resulte preferência baseada em descendência.
D) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial é aplicável às distinções feitas entre cidadãos e não cidadãos por um Estado-parte.
E) A natureza jurídica da Declaração Universal dos Direitos Humanos é de tratado internacional.
Resposta: A.
Resolução: A afirmação "A" está correta, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no XXIX. E com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades dos outros e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

46- (CESPE/2012/AGU) - No que concerne aos direitos humanos no âmbito do direito internacional, julgue os itens que se seguem. Em casos que envolvam a prática de tortura sistemática, a Convenção Americana de Direitos Humanos permite o acesso direto do indivíduo à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Resposta: Errado.
Resolução: Segundo o Art. 61º, 1 da Convenção Americana de Direitos Humanos: Somente os países integrantes do Estado Parte e a Comissão têm direito de submeter um caso à decisão da Corte, então não se considera o indivíduo como tendo personalidade jurídica de direito internacional.

47- (CESPE/2015/DPE-PE) - Com relação aos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, julgue o próximo item. A tortura é um crime que viola o direito internacional, porém, em circunstâncias excepcionais, como em casos de segurança nacional, se comprovada grave ameaça à segurança pública, pode ser exercida com limites.
Resposta: Errado.
Resolução: No Art. 5º da CF/88, III - diz que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. E no Art. 2º do Tratado Internacional diz que Em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais, tais quais, como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, como justificação para a tortura.

48 – (CESPE/2012/Polícia Federal) - A respeito das leis especiais, julgue os itens a seguir: O policial condenado por induzir, por meio de tortura praticada nas dependências do distrito policial, um acusado de tráfico de drogas a confessar a prática do crime perderá automaticamente o seu cargo, sendo desnecessário, nessa situação, que o juiz sentenciante motive a perda do cargo.
Resposta: Certo.
Resolução: O efeito automático da condenação, o juiz nem precisa declarar esse feito na sentença. Basta transitar em julgado na condenação e a administração pode excluir o funcionário. E a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

49- (CESPE/2012/TJ-AC) Acerca das leis penais extravagantes, julgue os itens subsecutivos, de acordo com o magistério doutrinário e jurisprudencial dominantes. Suponha que João, penalmente capaz, movido por sadismo, submeta Sebastião, com emprego de violência, a contínuo e intenso sofrimento físico, provocando-lhe lesão corporal de natureza gravíssima. Nessa situação, João deverá responder pelo crime de tortura e, se condenado, deverá cumprir a pena em regime inicial fechado.
Resposta: Errado.
Resolução: Ele não responderá pelo Crime de Tortura, por que o fez por "sadismo", como consta na questão, apesar do emprego de violência contínua e intenso sofrimento físico. Ele pode ser julgado por Lesão Corporal, ou dependendo, até por Tentativa de Homicídio.

50- (CESPE/2018/STJ) - Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue: A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.
Resposta: Errado.
Resolução: O condenado pelo Crime de Tortura perde de forma automática o cargo, função ou emprego público, a interdição para o seu exercício é do dobro de prazo referente ao da pena aplicada.

51- (CESPE/2015/STJ) - De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/2009) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item subsequente: Entre as principais diretrizes do PNDH-3/2009, no eixo de segurança pública, acesso à justiça e combate à violência, incluem-se a democratização e modernização do sistema de segurança pública; a transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal; e o combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária.

Resposta: Certo.
Resolução: O Decreto Nº 7.037/09, Diretriz 14 diz:
Combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária.

52- (CESPE/2013/DPF) - Tendo em vista que o médico-legista deve descrever, em seu laudo, as lesões que eventualmente encontrar, e cuja natureza jurídica pode ser leve, grave e gravíssima, ou, ainda, lesão corporal seguida de morte, em conformidade com o art. 129 do Código Penal, julgue o item que se segue: A legislação brasileira define tortura como constrangimento com emprego de violência ou grave ameaça, de modo a causar sofrimento, para se obter informação, ou para provocar ação ou omissão, com o objetivo de discriminação racial, religiosa ou ainda como forma de castigo.
Resposta: Errado.
Resolução: Pela questão estar incompleta, ela está errada.. "[...] de modo a causar sofrimento 'físico ou mental' [...]", e "[...]para provocar ação ou omissão 'de natureza criminosa' [...]".

QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS

1- (DEPEN – Agente Penitenciário – 2015 – Cespe). Situação Hipotética Um servidor público federal, no exercício de atividade carcerária, colocou em perigo a saúde física de preso em virtude de excesso na imposição da disciplina, com a mera intenção de aplicar medida educativa, sem lhe causar sofrimento.

2- (DPU – Defensor Público Federal – 2015 – Cespe). Caracteriza uma das espécies do crime de tortura a conduta consistente em, com emprego de grave ameaça, constranger outrem em razão de discriminação racial, causando-lhe sofrimento mental.

3- (SEAP-DF – Agente de Atividades Penitenciárias – 2015 – Universa). A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição, para seu exercício, pelo triplo do prazo da pena aplicada.

4- (PC-CE – Escrivão de Polícia – 2015 – VUNESP). O crime de tortura (Lei no 9.455/97) tem pena aumentada de um sexto até um terço se for praticado

a) ininterruptamente, por período superior a 24 h.
b) em concurso de pessoas.
c) por motivos políticos.
d) contra mulher.
e) por agente público.

5- (DPE-RS – Defensor Público – 2014 – FCC). Sobre a Lei nº 9.455/97 (Crimes de Tortura), é correto afirmar que:

a) se a vítima da tortura for criança, a Lei nº 9.455/97 deve ser afastada para incidência do tipo penal específico de tortura previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 233 do ECA).
b) há previsão legal de crime por omissão.
c) é inviável a suspensão condicional do processo para qualquer das modalidades típicas previstas na lei.
d) o regramento impõe, para todos os tipos penais que prevê, que o condenado inicie o cumprimento da pena em regime fechado.
e) há vedação expressa, no corpo da lei, de aplicação do sursis para os condenados por tortura.

6- (CESPE/2010/MPU) - O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

7- (CESPE/2012/ANAC) – A tortura é constitucionalmente proibida, exceto para salvar a vida de outras pessoas.

8- (CESPE/2013/PC-BA) - A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.

9- (CESPE/2015/DPU) - Em relação aos crimes contra a fé pública, aos crimes contra a administração pública, aos crimes de tortura e aos crimes contra o meio ambiente, é correto afirmar que:
Caracteriza uma das espécies do crime de tortura a conduta consistente em, com emprego de grave ameaça, constranger outrem em razão de discriminação racial, causando-lhe sofrimento mental.

10- (CESPE/2018/Polícia Federal) - A respeito de tortura e de exames periciais para diagnóstico de vítimas submetidas a tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, julgue o item subsequente. A otoscopia detalhada, exame que, em geral, possibilita ao médico legal descrever as lesões detectadas, pode confirmar o diagnóstico de traumatismo do aparelho auditivo e o tipo de tortura que a vítima tiver sofrido.

11- (CESPE/2019/TJ-BA) - De acordo com a doutrina e com a jurisprudência do STF, assinale a opção correta, acerca da proteção ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e da prática do crime de tortura.

a) Em tempo de paz, a vedação da prática de tortura está sujeita a regulamentação ou restrição do legislador.
b) A norma constitucional que veda a concessão de fiança, graça e anistia ao crime de tortura é de eficácia limitada.
c) A Lei de Anistia não se estende aos crimes de tortura praticados pelos agentes do Estado que atuaram na repressão durante os governos militares.
d) Segundo sua estrutura, a norma constitucional que veda a prática de tortura tem caráter de princípio, e não de regra.
e) É da justiça militar a competência para decretar a perda do oficialato de policial militar que for condenado pela prática do crime de tortura.

12- (FCC/ 2009/DPE-MA) - Nos termos da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a tortura é:
A) Proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.
B) Permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.
C) Permitida excepcionalmente para o combate ao terrorismo, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.
D) Proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.
E) Permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.

13- (CESPE/ 2016/PC-GO) - À luz das disposições da Lei n.º 9.455/1997, que trata dos crimes de tortura, assinale a opção correta:

A) O fato de o agente constranger um indivíduo mediante violência ou grave ameaça, em razão da orientação sexual desse indivíduo, causando-lhe sofrimento físico ou mental, caracteriza o crime de tortura na modalidade discriminação.
B) O delegado que se omite em relação à conduta de agente que lhe é subordinado, não impedindo que este torture preso que esteja sob a sua guarda, incorre em pena mais branda do que a aplicável ao torturador.
C) A babá que, mediante grave ameaça e como forma de punição por mau comportamento durante uma refeição, submeter menor que esteja sob sua responsabilidade a intenso sofrimento mental não praticará crime de tortura por falta de tipicidade, podendo ser acusada apenas de maus tratos.
D) O crime de tortura admite qualquer pessoa como sujeitos ativo ou passivo; assim, pelo fato de não exigirem qualidade especial do agente, os crimes de tortura são classificados como crimes comuns.
E) Crimes de tortura são classificados como crimes próprios porque exigem, para a sua prática, a qualidade especial de os agentes serem agentes públicos.

14- (CESPE/2018/PC-MA) - O Código Penal estabelece como hipótese de qualificação do homicídio o cometimento do ato com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum. Esse dispositivo legal é exemplo de interpretação:

A) Analógica
B) Teleológica
C) Restritiva
D) Progressiva
E) Autêntica

15- (CESPE/2017/DPE-AC) – Direito Humanitário Internacional - Acerca dos direitos humanos da pessoa em situação de prisão, julgue os itens seguintes:

O Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes é, formalmente, não vinculante, podendo ser classificado como *soft law*
IV- Conforme a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, para que seja classificado como tortura, um ato deve necessariamente envolver, direta ou indiretamente, um agente público.
V- As normas da ONU voltadas especificamente ao tratamento das mulheres presas estão dispostas nas Regras de Bangkok

Quais estão corretas?
a) Apenas o item I está certo.
b) Apenas o item II está certo.
C) Apenas os itens I e III estão certos.
D) Apenas os itens II e III estão certos.
E) Todos os itens estão certos

16- (CESPE/2018//STJ) - Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue:
A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.

17- (CESPE/2018/Polícia Federal) - A respeito de tortura e de exames periciais para diagnóstico de vítimas submetidas a tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, julgue o item subsequente:
Exame da região genital, caso necessário, deverá ser realizado por médico do mesmo sexo do periciando, exceto nos casos de transexuais e assemelhados.

18- (CESPE/2018/Polícia Federal) - A respeito de tortura e de exames periciais para diagnóstico de vítimas submetidas a tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, julgue o item subsequente.
Em caso de hipótese de tortura, a utilização da expressão "correspondência típica" em um relatório médico-legal indicará que o sinal ou sintoma não pode ter sido causado de qualquer outra forma senão a descrita.

19- (CESPE/2018/PC-MA) - Na necropsia em morte por tortura, as lesões mais comumente encontradas são:
A) Os sinais de abuso sexual, característicos de tortura e humilhação.
B) As fraturas e avulsões dentárias, especialmente por traumatismos faciais.
C) As queimaduras, decorrentes de cigarros acesos, no dorso, no tórax e no ventre.
D) Os edemas e ferimentos das regiões palmares, podendo ser acompanhados de fraturas.
E) As equimoses e os hematomas, principalmente na face, no tronco, nas extremidades e na bolsa scrotal.

20- (CESPE/2018/ABIN) - Entre 1894 e 1945 ocorreram mudanças que modernizaram as estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil. A respeito desse período histórico, julgue o item seguinte:
primeiro período Vargas (1930–1945) foi marcado por várias iniciativas — promoção do sistema educativo, sistematização e ampliação da legislação trabalhista e apoio à industrialização — e por medidas políticas — acordo político de 1932 com a oligarquia paulista, tortura a presos políticos, censura à imprensa durante o Estado Novo, e a adesão de Getúlio Vargas ao integralismo.

21- (CESPE/2016/POLÍCIA CIENTÍFICA) - A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 8.072/1990, assinale a opção correta:

A) O agente que pratica homicídio simples, consumado ou tentado, não comete crime hediondo.
B) A prática de racismo constitui crime hediondo, inafiançável e imprescritível
C) A tortura é crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
D) O crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima é hediondo quando praticado contra parente consanguíneo até o quarto grau de agente da segurança pública, em razão dessa condição.
E) A lei penal e a processual penal retroagem para beneficiar o réu.

22- (CESPE/2016/PC-GO) - A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, qual é a opção correta:

A) De acordo com a lei, a prática da tortura é considerada crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.
B) A prisão em flagrante deve ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária, devido ao fato de ser vedado levar pessoas à prisão ou mantê-las na prisão nas situações em que a lei admitir a liberdade provisória.
C) Nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, permite-se que ordem judicial afaste a inviolabilidade do sigilo da correspondência.
D) Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis o terrorismo e os definidos como crimes hediondos; a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
E) É permitida a extradição de brasileiro naturalizado, em caso de crime comum praticado após a naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

23- (CESPE/2016/PC-PE) - Rui e Jair são policiais militares e realizam constantemente abordagens de adolescentes e homens jovens nos espaços públicos, para verificação de ocorrências de situações de uso e tráfico de drogas e de porte de armas. Em uma das abordagens realizadas, eles encontraram Rodrigo, conhecido por efetuar pequenos furtos, e, durante a abordagem, verificaram que Rodrigo portava um celular caro. Jair começou a questionar a quem pertencia o celular e, à medida que Rodrigo negava que o celular lhe pertencia, alegando não saber como havia ido parar em sua mochila, começou a receber empurrões do policial e, persistindo na negativa, foi derrubado no chão e começou a ser pisoteado, tendo a arma de Rui direcionada para si. Como não respondeu de forma alguma a quem pertencia o celular, Rodrigo foi colocado na viatura depois de apanhar bastante, e os policiais ficaram rodando por horas com ele, com o intuito de descobrirem a origem do celular, mantendo-o preso na viatura durante toda uma noite, somente levando-o para a delegacia no dia seguinte. Nessa situação hipotética, à luz das leis que tratam dos crimes de tortura e de abuso de autoridade e dos crimes hediondos:

A) os policiais cometeram o crime de tortura, que, no caso, absorveu o crime de lesão corporal.
B) os policiais cometeram somente crime de abuso de autoridade e lesão corporal.
C) o fato de Rui e Jair serem policiais militares configura causa de diminuição de pena.
D) os policiais cometeram o tipo penal denominado tortura-castigo.
E) caso venham a ser presos cautelarmente, Rui e Jair poderão ser soltos mediante o pagamento de fiança.

24- (CESPE/2018/DPE-PE) - De acordo com a legislação penal especial, assinale a opção correta:
A) Comete o crime de tortura aquele que, tendo o dever de evitar a conduta, se mantém omisso ao tomar ciência ou presenciar pessoa presa ser submetida a sofrimento físico ou mental, por meio da prática de ato não previsto legalmente.
B) A autoridade policial pode praticar a ação controlada — que consiste no retardamento da intervenção policial para aguardar o momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações — independentemente de prévia comunicação ao juiz competente.
C) Será interditado do exercício da atividade pública por igual período ao da pena privativa de liberdade prevista no Código Penal para o crime de lavagem de dinheiro o indivíduo que, exercendo cargo ou função pública de qualquer natureza, for condenado pela prática de tal crime.
D) Sendo o servidor público condenado por crime de abuso de autoridade, será decretada a perda do cargo e a sua inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo de até cinco anos.
E) Em qualquer hipótese, configura-se o crime de disparo de arma de fogo disparar arma de fogo com a finalidade de praticar outro crime.

25- (CESPE/2016/TCE-PR) - Acerca de improbidade administrativa, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ):
A) contratação de servidores públicos sem concurso público, mesmo que fundada em legislação local, configura improbidade administrativa prevista na Lei de Improbidade Administrativa.
B) A tortura praticada por policial contra preso custodiado em delegacia pode configurar ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
C) O fato de o agente ter sido condenado pela justiça eleitoral ao pagamento de multa por infringência às disposições contidas na Lei das Eleições impede sua condenação em quaisquer das sanções de improbidade administrativa, inclusive da multa civil, sob pena de bis in idem**.**
D) Ensejará o reconhecimento de ato de improbidade administrativa o abuso perpetrado por agente público durante abordagem policial, mesmo que o ofendido pela conduta do policial seja particular que não esteja no exercício de função pública.
E) Não é possível, em ação civil pública de improbidade administrativa, a condenação de membro do Ministério Público à pena de perda da função pública prevista na Lei de Improbidade Administrativa.

26- (CESPE/2016/PC-PE) - Da sentença penal se extraem diversas consequências jurídicas e, quando for condenatória, emergem-se os efeitos penais e extrapenais. Acerca dos efeitos da condenação penal, assinale a opção correta:
A) A licença de localização e de funcionamento de estabelecimento onde se verifique prática de exploração sexual de pessoa vulnerável, em caso de o proprietário ter sido condenado por esse crime, não será cassada, dada a ausência de previsão legal desse efeito da condenação penal.
B) A condenação por crime de racismo cometido por proprietário de estabelecimento comercial sujeita o condenado à suspensão do funcionamento de seu estabelecimento, pelo prazo de até três meses, devendo esse efeito ser motivadamente declarado na sentença penal condenatória.
C) Segundo o CP, constitui efeito automático da condenação a perda de cargo público, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.
D) A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo público e a interdição temporária para o seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, desde que fundamentada na sentença condenatória, não sendo efeito automático da condenação.
E) A condenação penal pelo crime de maus-tratos, com pena de detenção de dois meses a um ano ou multa, ocasiona a incapacidade para o exercício do poder familiar, quando cometido pelo pai contra filho, devendo ser motivado na sentença condenatória, por não ser efeito automático.

27- (CESPE/2018 /PC-MA) Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico;
A) e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.
B) estará configurada uma causa de aumento de pena.
C) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.
D) provado o fato, a pena será de detenção.
E) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

28- (CESPE/2018/Polícia Federal) - Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação a crime de tortura, crime hediondo, crime previdenciário e crime contra o idoso. Cinco guardas municipais em serviço foram desacatados por dois menores. Após breve perseguição, um dos menores evadiu-se, mas o outro foi apreendido. Dois dos guardas conduziram o menor apreendido para um local isolado, imobilizaram-no, espancaram-no e ameaçaram-no, além de submetê-lo a choques elétricos. Os outros três guardas deram cobertura. Nessa situação, os cinco guardas municipais responderão pelo crime de tortura, incorrendo todos nas mesmas penas.

29- (CESPE/2013/PC-DF) - Em relação aos crimes de tortura (Lei n. o 9.455/1997), aos crimes contra as relações de consumo (Lei n. o 8.078/1990) e aos juizados especiais criminais (Lei n. o 9.099/1995), julgue os itens que se seguem. Considere a seguinte situação hipotética: agente carcerário Daniel dirigiu-se ao escrivão de polícia Rodrigo para informar que, naquele instante, o agente carcerário Batista estava cometendo crime de tortura contra um dos presos e que Batista disse que só pararia com a tortura depois de obter a informação desejada. Nessa situação hipotética, se nada fizer, o escrivão Rodrigo responderá culposamente pelo crime de tortura.

30- (CESPE/2010/MPU) – Com relação a Direito Penal, o crime de tortura praticado, em qualquer de suas modalidades, por agente público no exercício de suas funções absorve, necessariamente, o delito de abuso de autoridade.

31- (CESPE/2010/AGU) - Julgue os seguintes itens, que versam sobre responsabilidade civil do Estado. As ações de reparação de dano ajuizadas contra o Estado em decorrência de perseguição, tortura e prisão, por motivos políticos, durante o Regime Militar não se sujeitam a qualquer prazo prescricional.

32- (CESPE/2013/PC-BA) - Determinado policial militar efetuou a prisão em flagrante de Luciano e o conduziu à delegacia de polícia. Lá, com o objetivo de fazer Luciano confessar a prática dos atos que ensejaram sua prisão, o policial responsável por seu interrogatório cobriu sua cabeça com um saco plástico e amarrou-o no seu pescoço, asfixiando-o. Como Luciano não confessou, o policial deixou-o trancado na sala de interrogatório durante várias horas, pendurado de cabeça para baixo, no escuro, período em que lhe dizia que, se ele não confessasse, seria morto. O delegado de polícia, ciente do que ocorria na sala de interrogatório, manteve-se inerte. Em depoimento posterior, Luciano afirmou que a conduta do policial lhe provocara intenso sofrimento físico e mental. Considerando a situação hipotética anterior e o disposto na Lei Federal n.º 9.455/1997, julgue o item subsequente:delegado não pode ser considerado coautor ou partícipe da conduta do policial, pois o crime de tortura somente pode ser praticado de forma comissiva.

33- (CESPE/2013/TCE-RO) - Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir, a respeito dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais. Ao estabelecer que nenhum indivíduo será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, o constituinte estabeleceu uma norma classificada como princípio fundamental da República Federativa do Brasil.

34- (CESPE/2009/Polícia Federal) - Julgue os itens seguintes, relativos a crimes de tortura e ambientais. A prática do crime de tortura torna-se atípica se ocorrer em razão de discriminação religiosa, pois, sendo laico o Estado, este não pode se imiscuir em assuntos religiosos dos cidadãos.

35- (CESPE/2014/Polícia Federal) - No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o seguinte item: O terrorismo, o racismo, a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes são crimes hediondos, inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

36- (CESPE/2010/MPU) - Com relação aos crimes de tortura, julgue o próximo item: É considerado crime de tortura submeter alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar-lhe castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

37- (CESPE/2013/PC-BA) - No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir: A previsão constitucional da prática de tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia expressa um dever de proteção identificado pelo constituinte e traduz-se em mandado de criminalização dirigido ao legislador.

38- (CESPE/2013/MPE-RO) - No que concerne à Declaração Universal dos Direitos Humanos, à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assinale a opção correta:
A) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o indivíduo, no exercício de seus direitos e liberdades, sujeita-se apenas às limitações determinadas pela lei, desde que não os exerça contrariamente aos propósitos e princípios da ONU.
B) Para os fins da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, o termo tortura designa o ato de infligir, intencionalmente, a alguém sofrimento físico agudo, a fim de dela obter confissão, ainda que tal sofrimento seja consequência única de sanção legítima.
C) Para os fins da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a expressão discriminação racial refere-se ao comportamento do qual resulte preferência baseada em raça ou cor, com o objetivo de restringir o exercício, em um mesmo plano, de liberdades fundamentais no campo cultural, mas não ao comportamento do qual resulte preferência baseada em descendência.
D) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial é aplicável às distinções feitas entre cidadãos e não cidadãos por um Estado-parte.
E) A natureza jurídica da Declaração Universal dos Direitos Humanos é de tratado internacional.

39- (CESPE/2012/AGU) - No que concerne aos direitos humanos no âmbito do direito internacional, julgue os itens que se seguem. Em casos que envolvam a prática de tortura sistemática, a Convenção Americana de Direitos Humanos permite o acesso direto do indivíduo à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

40- (CESPE/2015/DPE-PE) - Com relação aos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, julgue o próximo item. A tortura é um crime que viola o direito internacional, porém, em circunstâncias excepcionais, como em casos de segurança nacional, se comprovada grave ameaça à segurança pública, pode ser exercida com limites.

41- (CESPE/2012/Polícia Federal) - A respeito das leis especiais, julgue os itens a seguir: O policial condenado por induzir, por meio de tortura praticada nas dependências do distrito policial, um acusado de tráfico de drogas a confessar a prática do crime perderá automaticamente o seu cargo, sendo desnecessário, nessa situação, que o juiz sentenciante motive a perda do cargo.

42- (CESPE/2012/TJ-AC) - Acerca das leis penais extravagantes, julgue os itens subsecutivos, de acordo com o magistério doutrinário e jurisprudencial dominantes. Suponha que João, penalmente capaz, movido por sadismo, submeta Sebastião, com emprego de violência, a contínuo e intenso sofrimento físico, provocando-lhe lesão corporal de natureza gravíssima. Nessa situação, João deverá responder pelo crime de tortura e, se condenado, deverá cumprir a pena em regime inicial fechado.

43- (CESPE/2018/STJ) - Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue: A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.

44- (CESPE/2015/STJ) - De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/2009) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item subsequente: Entre as principais diretrizes do PNDH-3/2009, no eixo de segurança pública, acesso à justiça e combate à violência, incluem-se a democratização e modernização do sistema de segurança pública; a transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal; e o combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária.

45- (CESPE/2013/DPF) - Tendo em vista que o médico-legista deve descrever, em seu laudo, as lesões que eventualmente encontrar, e cuja natureza jurídica pode ser leve, grave e gravíssima, ou, ainda, lesão corporal seguida de morte, em conformidade com o art. 129 do Código Penal, julgue o item que se segue:
A Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assinale a opção correta:

A) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o indivíduo, no exercício de seus direitos e liberdades, sujeita-se apenas às limitações determinadas pela lei, desde que não os exerça contrariamente aos propósitos e princípios da ONU.
B) Para os fins da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, o termo tortura designa o ato de infligir, intencionalmente, a alguém sofrimento físico agudo, a fim de dela obter confissão, ainda que tal sofrimento seja consequência única de sanção legítima.
C) Para os fins da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a expressão discriminação racial refere-se ao comportamento do qual resulte preferência baseada em raça ou cor, com o objetivo de restringir o exercício, em um mesmo plano, de liberdades fundamentais no campo cultural, mas não ao comportamento do qual resulte preferência baseada em descendência.
D) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial é aplicável às distinções feitas entre cidadãos e não cidadãos por um Estado-parte.
E) A natureza jurídica da Declaração Universal dos Direitos Humanos é de tratado internacional.

46- (CESPE/2012/AGU) - No que concerne aos direitos humanos no âmbito do direito internacional, julgue os itens que se seguem. Em casos que envolvam a prática de tortura sistemática, a Convenção Americana de Direitos Humanos permite o acesso direto do indivíduo à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

47- (CESPE/2015/DPE-PE) - Com relação aos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, julgue o próximo item. A tortura é um crime que viola o direito internacional, porém, em circunstâncias excepcionais, como em casos de segurança nacional, se comprovada grave ameaça à segurança pública, pode ser exercida com limites.

48- (CESPE/2012/Polícia Federal) - A respeito das leis especiais, julgue os itens a seguir: O policial condenado por induzir, por meio de tortura praticada nas dependências do distrito policial, um acusado de tráfico de drogas a confessar a prática do crime perderá automaticamente o seu cargo, sendo desnecessário, nessa situação, que o juiz sentenciante motive a perda do cargo.

49- (CESPE/2012/TJ-AC) Acerca das leis penais extravagantes, julgue os itens subsecutivos, de acordo com o magistério doutrinário e jurisprudencial dominantes. Suponha que João, penalmente capaz, movido por sadismo, submeta Sebastião, com emprego de violência, a contínuo e intenso sofrimento físico, provocando-lhe lesão corporal de natureza gravíssima. Nessa situação, João deverá responder pelo crime de tortura e, se condenado, deverá cumprir a pena em regime inicial fechado.

50- (CESPE/2018/STJ) - Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue: A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.

51- (CESPE/2015/STJ) - De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/2009) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item subsequente: Entre as principais diretrizes do PNDH-3/2009, no eixo de segurança pública, acesso à justiça e combate à violência, incluem-se a democratização e modernização do sistema de segurança pública; a transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal; e o combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária.

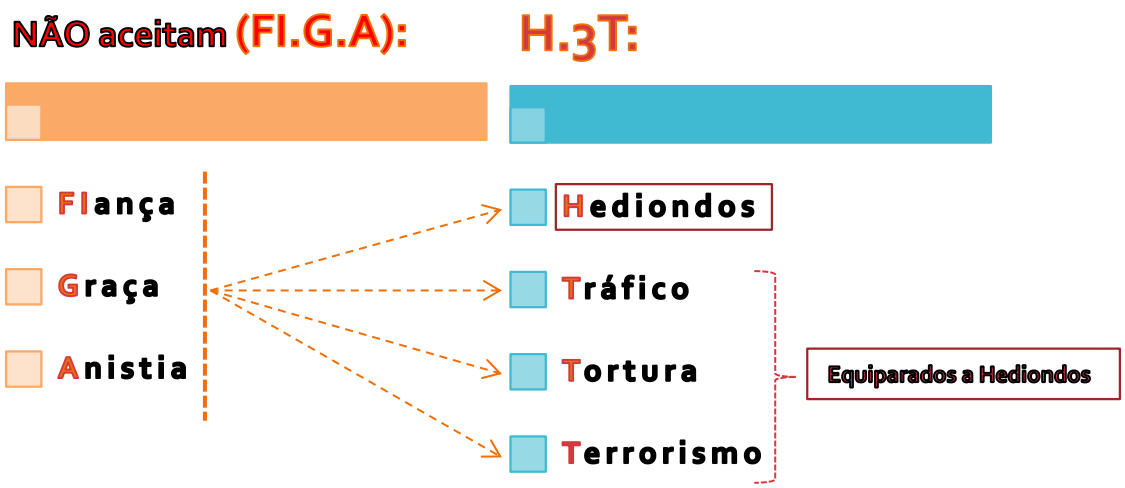
52- (CESPE/2013/DPF) - Tendo em vista que o médico-legista deve descrever, em seu laudo, as lesões que eventualmente encontrar, e cuja natureza jurídica pode ser leve, grave e gravíssima, ou, ainda, lesão corporal seguida de morte, em conformidade com o art. 129 do Código Penal, julgue o item que se segue: A legislação brasileira define tortura como constrangimento com emprego de violência ou grave ameaça, de modo a causar sofrimento, para se obter informação, ou para provocar ação ou omissão, com o objetivo de discriminação racial, religiosa ou ainda como forma de castigo.

GABARITO

1. E	27. B
2. C	28. C
3. E	29. E
4. E	30. E
5. B	31. C
6. C	32. E
7. E	33. E
8. C	34. E
9. C	35. E
10. C	36. C
11. B	37. C
12. D	38. A
13. B	39. E
14. A	40. E
15. D	41. C
16. E	42. E
17. E	43. E
18. E	44. C
19. E	45. A
20. E	46. E
21. A	47. E
22. A	48. C
23. A	49. E
24. A	50. C
25. B	51. E
1. B	52. E

RESUMÃO DIRECIONADO

➔MNEMÔNICO - Art. 5º, XLIII, CF:



➔Crimes envolvidos:

I – Homicídio	• **Grupo de extermínio;** • **Qualificado** (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII).
I-A – Lesão corporal dolosa	• **Gravíssima** (art. 129, § 2º) • **Seguida de morte** (art. 129, § 3º), ➔ Praticadas contra autoridades ou agentes (arts. 142 e 144 da CF).
II - Latrocínio	**I.** (art. 157, § 3º, in fine)
III - Extorsão qualificada pela morte	**II.** (art. 158, § 2º);
IV - Extorsão	**III.** **Mediante sequestro** **IV.** **Qualificada** (art. 159, caput, e § 1º, 2º e 3º);
V - Estupro	**V.** (art. 213, caput e §§ 1º e 2º);
VI - Estupro de vulnerável	**VI.** (art. 217-A, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º);
VII - Epidemia com resultado morte	**VII.** (art. 267, § 1º);
VII-B - Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	**VIII.** (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B);
VIII - Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	**IX.** (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º);
Parágrafo único - Genocídio	**X.** Art. 1º, 2º e 3º - Lei no 2.889/56.
Parágrafo único – Posse/porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.	**XI.** Art. 16 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003

➔MNEMÔNICO:

L²egislação P³enal E³special HoGe

Latrocínio

Lesão

Prostituição

Produto

Posse/Porte arma

Epidemia

Estupro

Extorsão

Homicídio

Genocídio

HOMICÍDIO SIMPLES – Quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio.	HEDIONDOS
HOMICÍDIO QUALIFICADO – Art. 121, § 2º, I, II, III, IV,V, VI e VII.	

LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVÍSSIMA – Art. 129, § 2º.	HEDIONDOS
LESÃO CORPORAL DE SEGUIDA DE MORTE - Art. 129, § 3º.	
LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVÍSSIMA OU SEGUIDA DE MORTE CONTRA AUTORIDADES – Art. 129, § 12.	

ROUBO PRÓPRIO QUALIFICADO PELA MORTE – Art. 157, caput + § 3º, II.(Violência resulta morte) = LATROCINIO.	HEDIONDOS
ROUBO IMPRÓPRIO QUALIFICADO PELA MORTE – Art. 157, § 1º + § 3º, II.(Violência resulta morte) = LATROCINIO.	

EXTORSÃO (SIMPLES, GENÉRICA) QUALIFICADA COM RESULTADO MORTE – Art. 158, § 3º.	HEDIONDOS

EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO (SIMPLES) – Art. 159, *caput*.	HEDIONDOS
EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO (QUALIFICADA) – Art. 159, §§ 1º e 2º.	

ESTUPRO SIMPLES - Art. 213, *caput*.	HEDIONDOS
ESTUPRO QUALIFICADO - Art. 213, §§1° e 2°.	

ESTUPRO DE VULNERÁVEL – SIMPLES - Art. 217-A.	HEDIONDOS
ESTUPRO DE VULNERÁVEL QUALIFICADO – Art. 158, § 1º, §§ 3° e 4°.	

FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU DE OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL - SIMPLES - Art. 218-B, *caput*, § 2º.	HEDIONDOS
FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU DE OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL - QUALIFICADO - Art. 218-B, *caput*, § 1º.	HEDIONDOS

EPIDEMIA COM RESULTADO MORTE - art. 267, § 1°.	HEDIONDO

FALSIFICAÇÃO, CORRUPÇÃO, ADULTERAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE PRODUTO DESTINADO A FINS TERAPÊUTICOS OU MEDICINAIS SIMPLES - Art. 273, *caput*, § 1º, § 1º- A, § 1º- B.	HEDIONDOS

GENOCÍDIO - SIMPLES - Art. 1°, Lei 2.889/56.	HEDIONDOS
GENOCÍDIO – ASSOCIAÇÃO PARA FINS DE GENOCÍDIO - Art. 2°, Lei 2.889/56.	
GENOCÍDIO – INCITAÇÃO AO GENOCÍDIO - Art. 1°, Lei 2.889/56.	

POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO - SIMPLES - Art. 16, Lei 10.826/03.	HEDIONDOS
POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO – ACESSÓRIOS E MUNIÇÕES - Art. 16, Parágrafo único, Lei 10.826/03.	

➔MNEMÔNICO - Art. 2°, Lei 8.072/90:

INSUSCETÍVEIS DE:

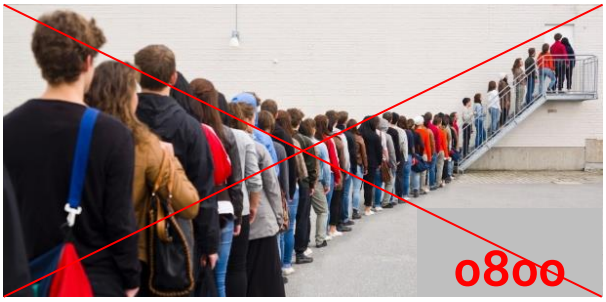
F.I.L.A.GRAÇA:

- **F**iança
- **I**nduto
- **L**ib. provisória
- **A**nistia
- **GRAÇA**

H.3xT:

- **H**ediondos
- **T**ráfico
- **T**ortura
- **T**errorismo

OBS: Os crimes hediondos e equiparados não aceitam **F.I.L.A** de **GRAÇA.**



Foi um grande prazer ter vocês nessa aula inicial e vamos juntos sem fraquejar! Sangue nos olhos e vamos firmes para cima da teoria com muita qualidade e disposição. Aguardo vocês na próxima fase, pois as próximas aulas estão imperdíveis! Caso vocês queiram tirar alguma dúvida antes de adquirir o nosso curso, basta me enviar um e-mail ou um direct pelo Instagram:

professorfernandopessoa@gmail.com

@pessoa.fernando

Professor Fernando Pessoa